

## IMPUGNAÇÃO

Ao

**MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO/RJ – UASG: 985867**

**A/C PREGOEIRO**

**Processo Administrativo n.º 1.624/2025**

**PREGÃO ELETRÔNICO 90.143/2025**

### **CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM**

A empresa **SOLUÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA**, nome fantasia: SOLUÇÃO MÓVEIS, inscrita no CNPJ sob o nº 25.109.467/0001-03, com sede à Av. Vitor Gaggiato, s/n, b. Distrito Industrial, Santana do Paraíso/MG, CEP: 35.179-972, dados para contato: e-mail: [licitacao@solucaomoveis.ind.br](mailto:licitacao@solucaomoveis.ind.br) e telefone: (31) 99810-8836, por intermédio de seu representante legal, sócio da empresa, Sr. Vinicius Rodrigues Pereira, brasileiro, casado, empresário, portador da carteira de identidade nº M-9.244.436 – SSP/MG e do CPF nº 039.416.456-33, vem, respeitosamente, apresentar **IMPUGNAÇÃO** ao Edital da licitação supracitada, aduzindo, para tanto, as razões de fato e de direito a seguir expostas:

### **DA TEMPESTIVIDADE**

Conforme previsto no instrumento convocatório:

**25.1 -Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.**

**25.3 - A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, ao pregoeiro pelo endereço de e-mail [pregao3.novafriburgo@gmail.com](mailto:pregao3.novafriburgo@gmail.com).**

Considerando que a abertura do certame se dará em 27/11/2025 às 11h,

E considerando o que já está pacificado pelo Tribunal de Contas da União,

*ACÓRDÃO 969/2022 - PLENÁRIO - RELATOR MIN. BRUNO DANTAS - Impugnação não se limita a horário de expediente.... "Além disso, fosse o envio realizado as 17:30 h (fim do expediente da entidade) ou as 23:59 h da data limite, o seu exame ficaria para o dia seguinte. Ou seja, a regra externa formalismo injustificado em prejuízo dos licitantes, razão por que deve ser revista na reedição do processo de contratação". (Portal Sollicita)*

Resta claro que a data prevista em edital para esclarecimentos e impugnações é 24/11/2025 - 23:59h.

Jonas Lima, especialista reconhecido no mercado ainda acrescenta em artigo de sua autoria:

*"... se o legislador é expresso ao estabelecer uma providência por dias e não horas, qualquer limitação fora disso é inconstitucional, por restringir garantias fundamentais, bem como ilegal, por afastar texto de lei e regulamentos expressos e vigentes". (Portal Sollicita)*

Além disso, a própria Lei 14.133/2021 já tratou sobre o tema, não deixando margem para dúvidas:

*Art. 183. Os prazos previstos nesta Lei serão contados com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento e observarão as seguintes disposições:*

*I - os prazos expressos em dias corridos serão computados de modo contínuo;*

*II - os prazos expressos em meses ou anos serão computados de data a data;*

*III - nos prazos expressos em dias úteis, serão computados somente os dias em que ocorrer expediente administrativo no órgão ou entidade competente.*

*§ 1º Salvo disposição em contrário, considera-se dia do começo do prazo:*

*I - o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação na internet;*

*II - a data de juntada aos autos do aviso de recebimento, quando a notificação for pelos correios.*

*§ 2º Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento cair em dia em que não houver expediente, se o expediente for encerrado antes da hora normal ou se houver indisponibilidade da comunicação eletrônica.*

*§ 3º Na hipótese do inciso II do **caput** deste artigo, se no mês do vencimento não houver o dia equivalente àquele do início do prazo, considera-se como termo o último dia do mês.*

Sendo assim, é tempestiva a presente impugnação e merece ser conhecida, visto que está sendo enviada em 24/11/2025 às 20h15 e a abertura do certame está prevista para 27/11/2025 às 11h.

## DOS FATOS

1.1 Torna-se público para conhecimento dos interessados que o MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO/RJ, sediado na Av. Alberto Braune, 225, Centro, Nova Friburgo, RJ, realizará licitação para **REGISTRO DE PREÇOS** com participação **AMPLA, COTA RESERVADA e EXCLUSIVA para ME/EPP**, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO**, critério de julgamento **POR ITEM**, nos termos da Lei Federal nº 14.133 de 2021, com aplicação subsidiária, da Lei Complementar nº 123/06, Decreto Federal nº 11.462/2023, Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022 e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**Processo Administrativo n.º 1.624/2025**

**Data da sessão: 27/11/2025 (quinta-feira)**

**Horário: 10:00 (horário de Brasília)**

**Local: Portal de Compras do Governo Federal: [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)**

**UASG: 985867**

## 2. OBJETO

2.1 - O objeto da presente licitação é o **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual **AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO ESCOLAR, ELETRODOMÉSTICOS E ELETROELETRÔNICOS**, para atender a **Secretaria de Educação do Município de Nova Friburgo**, pelo período de **01 (um) ano**, conforme condições, quantidades e especificações contidas no Termo de Referência – Anexo I deste edital.

Entretanto, o edital está eivado, impedindo a melhor vantagem competitiva para o próprio órgão licitante, estando em desacordo com a Lei nº 14.133/2021 e com normativos técnicos.

## **DOS DIREITOS**

### **TÓPICO 1**

Dentre as exigências técnicas do edital tem-se:

4.1.1.12. Todos os itens devem estar em conformidade com as normas técnicas da ABNT, comprovada pela apresentação de relatório de ensaio emitido por laboratório detentor de Certificado do INMETRO e deverão ser observadas:

(...)

e. Para mobiliários em geral a norma NBR 13962;

O objetivo de se exigir alguns laudos é realmente assegurar a qualidade, segurança, conformidade técnica e sustentabilidade dos produtos adquiridos. Contudo, quando essas exigências extrapolam o que a própria legislação permite, passa-se a ter uma contratação que onera (e muito) as licitantes interessadas e aptas a disputar o certame, abrindo-se mão de diversos princípios licitatórios, tais como: eficácia, razoabilidade, competitividade, proporcionalidade, celeridade e economicidade.

### **QUESTIONA-SE:**

**Qual é o amparo técnico e legal que justifica e ampara essas exigências tão específicas?**

**Qual é o órgão que determina ou orienta que esses laudos e certificados sejam exigidos para os itens licitados?**

**Por que esses laudos/certificados e não outros?**

**Como se exigir “NBR13962 DE 06/2018: Móveis para escritório – Cadeira” para itens que sequer são de escritório de fato?**

**Os itens 26 e 28, por exemplo, não se aplicam a esse normativo. Portanto, não se aplica essa exigência geral.**

**Nos parece haver um “ctrl c + ctrl v” totalmente equivocado!**

**E ainda:**

Também em “4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea ‘d’, da Lei nº 14.133/21)” observa-se a menção de diversos normativos a serem seguidos.

**Porém, questiona-se: algum laudo/certificado relativo aos normativos citados nesse item 4 deverão ser apresentados já na licitação ou apenas serão exigidos para fins de execução contratual?**

Reforçamos que a qualificação técnica deve ser rigorosa o suficiente para garantir a execução do objeto, mas não excessiva a ponto de excluir empresas capazes sem justificativa legítima.

Essas exigências carecem de previsão legal e normativa específica para o tipo de objeto licitado (mobiliário escolar - conjunto aluno individual), pois é impertinente à finalidade da contratação, e impõe uma restrição desproporcional e injustificada à competitividade do certame, violando princípios fundamentais da licitação pública.

A Administração Pública, ao formular suas exigências, deve pautar-se pela legalidade estrita e pela pertinência das qualificações solicitadas em relação ao objeto e aos riscos envolvidos.

A preocupação com questões ambientais e técnicas em contratações públicas é legítima e incentivada pela legislação. Contudo, essa preocupação deve se materializar em exigências que tenham amparo legal, sejam pertinentes e proporcionais.

As exigências requeridas para os itens licitados são questionáveis por sua **ausência de previsão legal ou normativa específica** para fornecedores de mobiliário, sua **impertinência** ao objeto licitado e por impor



um **ônus indevido e restritivo à competitividade**, já que é inviável no prazo exigido, sem que haja uma **justificativa técnica clara** para sua real necessidade.

Exigir laudos e/ou certificados do INMETRO ou da ABNT para a aquisição de mobiliário escolar, especialmente as carteiras escolares, demonstra a preocupação da Administração com a segurança dos usuários. Contudo, exigir laudos/relatórios de forma exacerbada e sem previsão técnica-legal para tal, é **ILEGAL!**

Não é ato discricionário do órgão licitante exigir os laudos e resultados que entender pertinentes; é preciso haver um normativo técnico que justifique a exigência desses documentos técnicos, pois exigências técnicas não podem se sobrepor aos padrões de mercado, tampouco contrariar normativos técnico-legais.

Qual é a necessidade de se exigir tais laudos e certificados? O que objetiva o Órgão comprovar com cada um desses laudos? O que torna imprescindível a exigência de cada um?

Uma vez que o presente processo licitatório não apresenta nenhuma justificativa técnica para a imprescindibilidade da exigência dos referidos laudos de ensaios, seria importante informar em que condições todos os mobiliários licitados estariam sujeitos a esses testes. Existe alguma razão para tais exigências ou é apenas para garantir o direcionamento?

Afinal, o objetivo é realmente qualificar o processo ou tão somente dificultar a participação de tantas empresas aptas a fornecer os produtos licitados, ao ponto de se direcionar a licitação para uma ou duas empresas apenas?

A exigência de certificações excessivas, equivocadas e desnecessárias, ainda por cima com prazos exíguos e limitantes, ocasiona **evidente restrição à competitividade do presente processo licitatório**, reduzindo sobremaneira o universo de possíveis empresas participantes, **inviabilizando a busca pela proposta mais vantajosa à Administração Pública** enquanto corolário inerente aos objetivos do processo licitatório, consoante o disposto pelo artigo 11, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021:

Art. 11. **O processo licitatório tem por objetivos:**

I - **assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública**, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto; (g.n.).

Reitera-se que o **órgão alocou exigências à escolha da futura contratada sem qualquer motivação idônea**, em evidente violação à legalidade gravada no caput do artigo 37 da Carta Maior, sem descuido ao nítido indicativo de direcionamento, dado o alcance dos efeitos negativos daquelas especificações sobre a abrangência de possíveis interessados.

Não é outro o posicionamento adotado pelo TCU e pelo TCE/MG em casos nos quais constatou-se a impertinência da exigência excessiva de laudos e certificações acerca dos produtos a serem fornecidos sem a devida justificativa levando-se em conta os riscos à Administração Pública, consoante os precedentes abaixo:

[...] 17. Quanto à ausência de fundamentação técnica para as diversas exigências contidas no edital do certame sob exame, não restou justificada a essencialidade de atendimento a um extenso rol de 31 normas técnicas, declarações de qualidade, certificações, laudos e certificados de conformidade. [...] 19. Como bem destacou a Selog, **não há vedação quanto a se exigir do licitante a apresentação de certificados ou laudos. Essas reivindicações, contudo, devem ser razoáveis, legítimas e justificadas, buscando-se, ao fim, selecionar a proposta que contenha a melhor relação entre qualidade e custo do produto a ser adquirido.** [...] (TCU. Acórdão 107/2021-Plenário, Relator Min. Bruno Dantas, Sessão em 27.10.2021) (g.n.).

DENÚNCIA. MEDIDA CAUTELAR. PREGÃO ELETRÔNICO. REGISTRO DE PREÇOS. CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL. IRREGULARIDADES. **EXIGÊNCIAS DE CERTIFICAÇÕES EXCESSIVAS, EXORBITANTES, RESTRITIVAS E ILEGAIS NO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. RESTRIÇÃO À COMPETITIVIDADE DO CERTAME. AUSÊNCIA DE PERTINÊNCIA DOS CERTIFICADOS E LAUDOS EXIGIDOS COM O CASO CONCRETO.** PRESENÇA DOS REQUISITOS DO FUMUS BONI IURIS E DO PERICULUM IN MORA. SUSPENSÃO LIMINAR DO CERTAME. DECISÃO MONOCRÁTICA REFERENDADA. **A necessidade de apresentação de certificado de qualidade ISO ou outro que apresente as mesmas especificidades como requisito para habilitação de interessados e classificação de propostas deve ser devidamente justificada mediante a comprovação dos riscos à Administração Pública**, haja vista que não há previsão legal na legislação pertinente que fundamente a exigência dos referidos certificados. (TCE-MG - DEN: 1148564, Relator: CONS. WANDERLEY ÁVILA, Data de Julgamento: 20/06/2023) (g.n.).

Vale dizer, a redução do grau de abrangência de empresas aptas a participar do certame também espelha outro indicativo de maior gravidade, **porquanto sobreposta a viabilidade para celebração de contrato mais oneroso, com aspectos de sobrepreço**, decorrente da diminuição da disputa no processo licitatório.

Esse é o entendimento já pacificado pelo TCU, desde a Lei 8.666/1993:

*9.4.1. exigência de laudos/testes/certificados relativos à qualidade dos produtos licitados contida no subitem 3.2. do Anexo II do edital (Caderno de Especificações Técnicas), condição que, além de não prevista no art. 30 da Lei 8.666/1993, vai contra precedentes do Tribunal sobre a matéria (Acórdão 1677/2014-TCU-Plenário, 538/2015-Plenário, 1.624/2018-Plenário e 2.129/2021-Plenário), sendo admitida tal circunstância somente nos casos em que:*

*9.4.1.1. haja previsão no instrumento convocatório;*

*9.4.1.2. sejam exigidos apenas na fase de julgamento das propostas e do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar; e*

*9.4.1.3. seja estabelecido prazo suficiente para a obtenção dos laudos;*

**ACÓRDÃO 966/2022 - PLENÁRIO**

Portanto, caso se mantenha essa exigência dos referidos laudos, o que deve ser feito pela Administração, para ampliar a competitividade do certame, também em prol da legalidade, da razoabilidade, da vantajosidade da contratação, entre tantos outros princípios basilares das licitações públicas, é:

- Justificar a exigência de cada um deles e a motivação de cada resultado mínimo requerido (se for o caso);
- Motivar a ausência da exigência de outros laudos pertinentes em sobreposição aos não justificáveis que são ora exigidos;
- Retirar as exigências técnicas impertinentes para CJA (se for o caso);
- Responder pontual e objetivamente cada questionamento;
- Ampliar o prazo para apresentação desses documentos técnicos em um prazo de até 30 (trinta) dias úteis, após convocação, de modo que o licitante vencedor tenha prazo suficiente para enviar seus produtos para os devidos testes, a fim de obter os laudos exigidos, privilegiando a eficiência, a economicidade, a legalidade, a moralidade, o interesse público e a segurança jurídica da contratação.

*Art. 17. O processo de licitação observará as seguintes fases, em sequência:*

*I - preparatória;*

*II - de divulgação do edital de licitação;*



*III - de apresentação de propostas e lances, quando for o caso;*

*IV - de julgamento;*

*V - de habilitação;*

*VI - recursal;*

*VII - de homologação.*

*(...)*

***§ 3º Desde que previsto no edital, na fase a que se refere o inciso IV do caput deste artigo, o órgão ou entidade licitante poderá, em relação ao licitante provisoriamente vencedor, realizar análise e avaliação da conformidade da proposta, mediante homologação de amostras, exame de conformidade e prova de conceito, entre outros testes de interesse da Administração, de modo a comprovar sua aderência às especificações definidas no termo de referência ou no projeto básico.***

Frisamos que toda exigência de laudos e certificados deve vir acompanhada de uma justificativa técnica, embasada por especialistas da área, porém não há nenhuma linha real de justificativa técnica no Edital.

Se o intuito é realmente qualificar o processo e garantir a segurança da contratação, que se amplie, então, os prazos de envio dos relatórios para, pelo menos, 30 (trinta) dias úteis, de modo que todo e qualquer licitante tenha condições de enviar seus produtos para teste junto aos laboratórios e posterior envio desses resultados ao Município.

Já está pacificado pelo TCU que deve se estabelecer prazo suficiente para a obtenção dos laudos exigidos do licitante vencedor (Acórdão 1677/2014-Plenário) e já é sabido pelas empresas especialistas em móveis escolares que os laboratórios pedem, no mínimo, de 15 a 20 dias para análise das amostras, sem contar o prazo em que os produtos precisam estar efetivamente em teste, impedindo que qualquer laudo/relatório seja entregue dentro do prazo estabelecido no presente edital.

Esperar e exigir que os licitantes possuam todos esses laudos previamente oneram e muito qualquer empresa interessada no certame, portanto, requer-se a ampliação dos prazos para entrega dos laudos em questão.

Inclusive, se a Administração Pública exige laudos de forma onerosa, ela irá aumentar os custos indiretos dos participantes, o que provavelmente será repassado ao preço final. Assim, há o risco de elevação dos custos para o próprio ente contratante.

Tribunais de Contas e o Poder Judiciário têm entendimento consolidado contra a imposição de exigências desnecessárias ou que gerem ônus desproporcional aos licitantes. Um exemplo é a Súmula 177 do TCU, que veda cláusulas que restrinjam a competitividade sem justificativa plausível.

**Diante do exposto, impõe-se a retificação do Edital a fim de que sejam afastadas as exigências excessivas e impróprias relativas aos laudos e certificações exigidos como condicionantes de aceitabilidade da proposta, retificação para adequação aos normativos técnicos e aos entendimentos jurisprudenciais do TCU, em consonância com os fundamentos acima esposados!**

## **TÓPICO 2**

Acertadamente, a Administração exigiu o Certificado em conformidade com a Portaria nº 401/2020 do INMETRO ou com a ABNT NBR 14006:2008 para CJA, entretanto, se observa que essa exigência alcançou equivocadamente item que não é pertinente à exigência em questão, ensejando a retificação do edital. Vejamos:

### **Item 26**

Conjunto do aluno composto de 1 (uma) mesa e 4 (quatro) cadeira, certificado pelo INMETRO, e, em conformidade com a norma ABNT NBR 14006:2008 - Móveis escolares. Produto EMBALADO em plástico transparente e/ou papelão.

O item acima claramente não se trata de Conjunto Aluno Individual – CJA (ou Mesas e Cadeiras do CJA), para os quais devem ser solicitados a certificação do INMETRO, conforme prevê a Portaria nº 401, de 28 de dezembro de 2020, que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Móveis Escolares – Cadeiras e Mesas para Conjunto Aluno Individual – Consolidado.

**Portanto, tal exigência deve fazer parte do presente edital em todos os itens que envolverem CONJUNTO ALUNO (1 MESA E 1 CADEIRA), que é o caso de diversos itens licitados, uma vez que**

todos os bens comercializados no Brasil, insumos, produtos finais e serviços, sujeitos a regulamentação técnica, devem estar em conformidade com os regulamentos técnicos pertinentes em vigor.

**Porém, não pode exigida para os demais itens, os quais mencionamos nesta peça (e outros na mesma situação, que porventura possam ter passado despercebido), que ensejam a retificação do edital, pois esses produtos não são regidos pela ABNT NBR 14006:2022, não sendo possível, portanto, exigir tal certificação para eles.**

## **DA VIOLAÇÃO A DIVERSOS PRINCÍPIOS LICITATÓRIOS**

Os princípios em geral são ideias regentes de determinada ciência que disciplinam e regulam toda sua compreensão e execução. Por sua vez, os princípios licitatórios são aqueles que se impõem diante e no curso do certame licitatório, exigindo obediência e adequação para se aferir da regularidade e validade das diversas etapas pertinentes ao procedimento utilizado.

Partindo-se, portanto, da assertiva acima, deveria ser interesse da Administração observar todo e qualquer princípio licitatório, posto que é a base de sua atuação pré-contratual.

É de amplo conhecimento que a licitação é um procedimento, em que os atos e fases que o compõem se coordenam e prosseguem até que se alcance o objetivo final, que é a escolha do vencedor, sem que se perca de vista o interesse público. Parte-se do pressuposto de que a efetiva legalidade deste procedimento depende, necessariamente, da real observância de seus pilares princípios lógicos.

Inicia-se, portanto, na fase interna de elaboração das regras editalícias, o dever de observância aos citados princípios.

Durante os atos que se sucedem, de seu início ao fim, há diretrizes básicas e fundamentais que informam e preenchem todo o procedimento administrativo.

O artigo 37, caput, da Constituição federal, a eles se refere: legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade. O Texto Magno, outrossim, no inciso XXI do artigo 37 alude a “*processo de licitação pública*”

*que assegure igualdade de condições a todos concorrentes”*. Neste inciso, explicitamente, há a referência ao princípio da isonomia, ao tratamento igualitário entre os concorrentes, e, implicitamente, à concorrência, não como modalidade de licitação, mas como certame em que todos concorrem, competindo entre si.

MARÇAL JUSTEN FILHO, mestre ilustre, em Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, págs. 23/41, Editora Aide, 1993, já comentando a Lei 8.666/93, em seu artigo 3º, faz referência a vários princípios, entre os quais os de vantajosidade e da isonomia, fins buscados pela licitação, os da impessoalidade, objetividade do julgamento, moralidade, probidade administrativa, publicidade e a outros princípios implícitos.

A isonomia constitui princípio fundamental, cuja inobservância descaracteriza o instituto da licitação pública e invalida o seu resultado seletivo, na exata medida em que a igualdade entre os licitantes, no dizer do saudoso HELY LOPES MEIRELLES.

“é o princípio primordial da licitação, pois não pode haver procedimento seletivo com discriminação entre participantes, ou com cláusulas do instrumento convocatório que afastem eventuais proponentes qualificados ou os desnivalem no julgamento”.

Não pode prosperar o certame com o vício sob pena de aprovarmos condutas incompatíveis com os valores jurídicos. Ainda que o administrador não retire vantagem direta ou indiretamente, estes praticam atos nulos quando interferem no destino da licitação para beneficiar ou prejudicar concorrente.

Lembramos, afinal, que toda licitação deve zelar pela busca da proposta mais vantajosa para a própria Administração e o que se verifica é que o Edital contém regras violadoras dos princípios da ampla participação e da isonomia, desconsiderando a capacitação técnica-operacional de diversos interessados.

Assim, entendemos que as exigências rigorosas, ilegais e irregulares apresentadas ao longo da peça, devem ser revistas para que não se permita a exclusão do certame de um número considerável de empresas devidamente aptas à prestação dos serviços/ao fornecimento dos bens ou ainda que se privilegiem umas em detrimento a outras, por critérios não justificáveis.

Tais exigências demonstram claro descumprimento do art. 5º da Lei 14.133/2021:

*Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da **legalidade**, da **impessoalidade**, da **moralidade**, da **publicidade**, da **eficiência**, do **interesse público**, da **probidade administrativa**, da **igualdade**, do **planejamento**, da **transparência**, da **eficácia**, da **segregação de funções**, da **motivação**, da **vinculação ao edital**, do **julgamento objetivo**,*

*da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).*

Reforçamos e concordamos que a Administração Pública e seus agentes devem afastar qualquer fator que seja capaz de restringir a competitividade do certame e o que se espera e requer com a presente peça é tão somente que se aplique a legalidade, a razoabilidade, a justiça, e, principalmente, que haja tratamento igualitário, impessoal, moral e objetivo entre as licitantes, em prol de uma contratação bem planejada, mais econômica, legal e eficiente.

Por fim, em virtude da existência de vícios no procedimento ora focado que comprometem a sua legalidade, se justifica a retificação do instrumento convocatório, sem prejuízo da análise de outras questões que, posteriormente, possam ser suscitadas.

Diante dos fatos, a Recorrente apresenta seus pedidos.

## **DOS PEDIDOS**

Que se acate esta impugnação como tempestiva e procedente.

Que se retifique o Edital, adequando-o aos ditames legais e técnicos, privilegiando assim a legalidade, a competitividade e a vantagem da melhor proposta no bojo do certame, da seguinte forma:

- 1) Justificando a exigência de cada laudo/relatório/certificado/declaração presente no edital e motivando cada resultado mínimo exigido (se for o caso);
- 2) Retirando as exigências impertinentes para CJA (se for o caso);
- 3) Respondendo pontual e objetivamente cada questionamento;
- 4) Caso se justifique e se mantenha a exigência dos laudos citados, que se conceda, no mínimo, 30 (trinta) dias úteis para envio destes, quando da etapa de julgamento da proposta, ampliando a competitividade do certame, em prol dos diversos outros princípios já apontados na peça;



- 5) Retirando a exigência da documentação técnica de Certificado em conformidade com a Portaria 401/2020 e a ABNT NBR 14006:2022 para itens que **não** se tratem de CONJUNTOS ALUNOS INDIVIDUAIS, sendo mantida tal exigência apenas para **todos os itens Conjunto Aluno (se houver) e Cadeira/Mesa de Conjunto Aluno (se houver)** – INDIVIDUAIS, conforme preconiza o próprio normativo técnico.

Que se conceda a abertura de novos prazos (se for o caso), conforme se expressa na própria lei.

Que se submeta a presente à autoridade competente imediatamente superior para análise e decisão, se for o caso.

É o que rogamos por justo e certo.

Termos em que,

Pede deferimento.

Santana do Paraíso/MG, 24 de novembro de 2025.



**SOLUÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA**

VINICIUS RODRIGUES PEREIRA (Sócio Proprietário)

RG: M.9244436/CPF: 039.416.456-33

Telefone de contato: (31) 3822-6007

**25.109.467/0001-03**

SOLUÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE

MÓVEIS LTDA

AV. VÍTOR GAGGIATO S/N S/N

DISTRITO INDUSTRIAL CEP: 35179-972

SANTANA DO PARAÍSO, MG